

As geoestratégias formativas de Grandes Potências Regionais e o caso brasileiro recente (2003-2022)¹

The formative geostrategy of major regional powers and the recent Brazilian case (2003–2022)

Ricardo Zortéa Vieira | ricardozortea2@gmail.com | Professor do Programa de Pós-Graduação Economia Política Internacional da UFRJ (PEPI-UFRJ).

Recebimento do artigo: Maio de 2026. | **Aceite:** Julho de 2026.

Resumo: O objetivo do presente trabalho é identificar elementos que contribuíram para a crise da geoestratégia brasileira focada na dissuasão extrarregional formada no século XXI. Para tanto, inicialmente foram definidos alguns conceitos fundamentais de Geoestratégia e Grande Potência seguindo uma linha Realista Estrutural. Em seguida, foram identificados elementos-chave em comum nas duas trajetórias bem-sucedidas de formação de Grandes Potências Regionais na última conjuntura multipolar do Sistema Interestatal, entre 1815 e 1945. Argumenta-se que no caso brasileiro recente estes dois elementos, nomeadamente a complementaridade estratégica com a potência dominante e a coesão civil-militar, estiveram largamente ausentes, contribuindo para a crise da geoestratégia do país.

Palavras-chave: Geoestratégia; Dissuasão Extrarregional; Grande Potência; Política Externa; Defesa Nacional.

Abstract: The objective of this study is to identify elements that contributed to the crisis of the Brazilian geostrategy focused on extra-regional deterrence as it was shaped in the twenty-first century. To this end, the paper first defines some fundamental concepts of Geostrategy and Great Power status, following a Structural Realist approach. It then identifies key elements shared by the two successful trajectories of Regional Great Power formation in the last multipolar conjuncture of the interstate system, between 1815 and 1945. It argues that, in the recent Brazilian case, these elements—namely strategic complementarity with the dominant power and civil–military cohesion—were largely absent, contributing to the crisis of the country’s geostrategy.

Keywords: Geostrategy; Extra-regional Deterrence; Great Power; Foreign Policy; National Defense.

1. Introdução

Após se consolidar como a principal potência regional sul-americana durante o século XX, o Estado brasileiro ensaiou uma geoestratégia de expansão de poder após 2003 constituída por políticas arrojadas, como a de aproximação com as potências eurásianas do BRICS, a criação de grandes empresas campeãs nacionais, o criação ou expansão de blocos econômicos e diplomáticos regionais e o fortalecimento do poder bélico brasileiro, com foco na sua capacidade dissuasória extrarregional. Desde 2015, porém, esta Grande Estratégia brasileira, que aponta implicitamente para o ingresso do país no seleto clube das Grandes Potências, foi atropelada por um conjunto de crises político-institucionais, econômicas e diplomáticas, que resultaram na relativa estagnação na posição do Brasil na hierarquia de poder do sistema interestatal.

¹Este trabalho é resultado de pesquisa financiada pela CAPES

O objetivo do presente trabalho é contribuir para o entendimento acerca das razões que levaram a dificuldade de consolidação da geoestratégia brasileira pós-2003. A hipótese de trabalho é a de que uma geoestratégia cujo objetivo (mesmo implícito como no caso brasileiro) seja o de ingresso no rol das Grandes Potências² requer em situações similares à enfrentada pelo nosso país dois elementos-chave: 1. Um grau de complementaridade geoestratégica com a potência-líder e 2. Uma fusão institucional entre a liderança política e militar, tanto na dimensão ideológica quanto na dimensão administrativa, de modo que todas as esferas do poder nacional, em especial a econômica, tenham como referência a ampliação do poder bélico do Estado. Ambos os elementos estavam (e continuam) ausentes na geoestratégia brasileira pós-2003, o que levou (e tem o potencial de continuar a levar) à instabilidade e descontinuidade estratégica, política e institucional.

Para sustentar esta hipótese será realizado um estudo comparativo embasado em uma revisão teórica, cujo objetivo é clarificar conceitos dentro da perspectiva realista adequados ao entendimento do objeto do trabalho, que se insere em uma temática bastante específica e pouco tratada na literatura: as Geoestratégias/Grande Estratégias adotadas por países que se converteram de potências regionais em Grandes Potências Regionais. Estabelecida a base teórico-conceitual passaremos a uma análise histórica tendo como referência o período de 1815-1945. Esta fase é escolhida por ser o último momento multipolar no sistema (antes da bipolaridade da Guerra Fria e a unipolaridade que vigorou entre 1990 e o começo do século XX), e onde se identificam duas trajetórias de países que realizaram a transição de potência regional para Grandes Potências Regionais, sem se tornarem desafiadores hegemônicos. Definidas essas bases teóricas e históricas na primeira e segunda seção, respectivamente, se procederá a análise da geoestratégia brasileira na presente conjuntura.

2. As geoestratégias formativas de Grandes Potências Regionais

a) A Estratificação Interna do Rol das Grandes Potências

Dentro da tradição realista existem diferentes definições de Grande Potência. Para Paul Kennedy (1989), Grandes Potências seriam os Estados capazes de realizar uma guerra geral contra qualquer outro Estado, e projetar poder fora da sua região imediata. John Mearsheimer (2007), por sua vez, define Grandes Potências como sendo aqueles Estados com ativos militares suficientes para enfraquecer significativamente, em uma guerra intensiva, o país mais forte do planeta. Apesar dos dois enfatizarem o poder bélico, existe uma diferença significativa entre eles no que diz respeito ao escopo geográfico da atuação das Grandes Potências. Assim, Paul Kennedy, com um foco decididamente mais naval, estabelece como um dos seus critérios a capacidade de projeção de poder fora da região onde a Grande Potência se situa. Neste sentido, Grandes Potências seriam sinônimos de Potências Globais. Já Mearsheimer postula que o poder terrestre é o mais relevante dentro das dimensões do poder militar, e neste sentido os oceanos são muito mais obstáculos às projeções de poder do que suas avenidas. Devido à esta dificuldade de projeção de poder transoceânica, nunca existiu um verdadeiro hegemon, e Grandes Potências seriam aqueles Estados capazes de enfraquecerem significativamente a potência mais forte do mundo em uma guerra aberta. Para os propósitos deste trabalho, o mais significativo é que a definição de Mearsheimer permite a existência de Grandes Potências Regionais, ou seja, que são capazes de resistência militar séria contra a potência-líder do sistema, porém não tem realmente

² Aqui não se sustenta que toda e qualquer geoestratégia tenha como objetivo o ingresso no rol das Grandes Potências, apenas que geoestratégias que tenham este objetivo (entre múltiplos outros objetivos possíveis) devem ter estas características. Quanto ao fato da geoestratégia brasileira pós-2003 ter esse objetivo (implícito), isso é inferido a partir das políticas que a constituem, como será explicado mais adiante.

capacidade de projeção de poder fora das suas regiões. Esta categoria de Grande Potência Regional não é só hipotética: Mesmo Paul Kennedy inclui na sua lista de Grandes Potências históricas países que nunca foram capazes de projetar poder fora da sua vizinhança regional, como Itália, Áustria e Japão.

Apesar de útil, a definição de Mearsheimer ainda é bastante problemática, pois depende de um hipotético conflito total entre Grandes Potências que pode passar décadas ou até mesmo quase um século sem ocorrer. Além disso, existem potências menores que possuem capacidade de enfraquecer significativamente a potência dominante em conflitos bélicos. Para resolver estes problemas, podemos definir Grande Potência como aquele Estado que é percebido pelos demais como sendo capaz de dissuadir qualquer outro Estado no sistema, inclusive a potência líder, sem auxílio externo porém levando-se em consideração os constrangimentos impostos pela Balança de Poder. Esta definição exclui os países menores que só conseguiram enfrentar Estados maiores com o patronato de alguma Grande Potência, como a Sérvia contra a Áustria-Hungria ou o Vietnã contra os Estados Unidos. Além disso, adiciona como critério fundamental o reconhecimento permanente do poder do Estado pelos seus pares, o que se manifesta diplomaticamente e retoricamente por estes pares. Isto é relevante pois dispensa uma análise subjetiva e por definição teórica sobre se o Estado em questão seria ou não capaz de enfrentar este ou aquele rival: Basta que ele seja reconhecido pelos demais como tendo esta capacidade, e assim também poderá usufruir das prerrogativas próprias das Grandes Potências no sistema interestatal. Finalmente, inclui a questão da balança de poder, o que é essencial em qualquer análise realista estrutural. Por definição, a potência-líder deve ser capaz de derrotar qualquer outro Estado no sistema individualmente. Isso só não ocorre devido à multipolaridade sistêmica, que força esta potência a dividir sua atenção entre vários rivais, todos coligados contra ela para evitar seu domínio dentro de uma estratégia clássica de balanceamento de poder.

A temática do balanceamento de poder é também decisiva para entender a estratificação dentro do rol das Grandes Potências. Dentro de um sistema multipolar, o segundo Estado mais forte por definição encabeçará a coalizão equilibradora contra a potência líder. Dentro da literatura realista e mesmo não-realista, as potências líderes e seus desafiantes ocupam o centro das atenções, ocasionalmente sendo estas últimas entendidas como “hegemons estabilizadores” encarregados de garantir a ordem no sistema (Gilpin 2002; Arrighi 1996). Entretanto, dentro da lógica da balança de poder, é justamente a terceira categoria de Grandes Potências que têm protagonismo, pois são suas escolhas de alianças que definirão se a estratégia de balanceamento da potência desafiante terá sucesso ou não. Ou seja, se a potência desafiante não conseguir atrair um número suficiente de outras Grandes Potências para o seu enfrentamento com a potência-líder, não conseguirá manter o seu desafio por muito tempo e acabará sendo esmagada. Daí a famosa máxima de Otto Von Bismarck segundo a qual a política da Alemanha, na época a desafiante do poder hegemônico britânico, se resumia a ser sempre parte de uma coalizão de três Grandes Potências, dado que o sistema tinha cinco destes Estados (Bartlett, 1996).

Uma Grande Potência Regional é então um Estado que é percebido como sendo capaz de sozinho impor custos superiores aos benefícios a qualquer projeção de poder militar na sua região, inclusive originados da maior potência do sistema. Por isso consegue ter sua independência e soberania reconhecidas pelas demais Grandes Potências, o que inclui a prerrogativa crucial de escolher seus aliados, e, portanto, de definir se quer se aliar com a potência líder ou o desafiante do momento. Isto faz com que as Grandes Potências Regionais, mesmo não tendo a capacidade de projeção global de poder, sejam participantes chave da balança de poder do sistema como um todo.

b) Grande Estratégia, Economia e a Questão do Papel do Poder Militar

Enquanto existem várias sistematizações de como surgem as Grandes Potências hegemônicas, não existe nenhum modelo teórico disponível para a trajetória que os Estados percorrem quando transitam do

status de mera potência secundária para uma Grande Potência Regional como definido aqui. Dentro de uma abordagem realista, todavia, processos de expansão de poder nacional são entendidos como dependendo da existência de uma Geoestratégia, que para os fins deste artigo é entendida como sendo sinônimo de “Grande Estratégia”, ou seja, a utilização de todos os recursos nacionais para garantir a segurança do Estado³. Existe um debate sobre se o poder militar detém uma posição de primazia dentro deste leque de recursos. Para John Collins (1973) a resposta é negativa, e esta posição é bastante compatível com os desdobramentos das últimas décadas na área de estudos estratégicos. Assim, os teóricos da tradição da “Guerra de Quarta Geração” (Lind et al 1986) argumentam que a guerra supera a dimensão do campo de batalha e portanto instrumentos econômicos (Blackwill & Harris 2016) e informacionais (Szafranski 1997) são tão ou mais relevantes que o braço militar propriamente dito. Uma segunda linha, entretanto, ainda que entenda a importância das demais dimensões, defende que em última análise o poder militar é o decisivo. Nesse sentido, o objetivo da Grande Estratégia ou Geoestratégia seria, em última análise, garantir as melhores condições possíveis para o Estado travar a guerra aberta (Sargeant & West; 1941; Luttwak 1987) .

Refletindo sobre o registro histórico, o que faz o poder militar ser, para fins de determinação da posição no sistema interestatal, mais relevante que as demais manifestações do poder é a sua capacidade de destruição imediata. Ou seja, a capacidade de destruir sem mediações políticas de qualquer tipo, enquanto as relações econômicas e ideológicas requerem a cooperação de agentes externos ao próprio poder para atingirem seus resultados. Isso ajuda a explicar o porquê de campanhas ideológicas e econômicas enfraquecerem os Estados, mas no fim só o colapso do poder militar levar à deterioração da posição no sistema, o que não ocorre com crises econômicas, mudanças de regimes ou danos à imagem pública do país globalmente.

Em contrapartida, argumenta-se que o poder militar é constrangido pelas outras dimensões do poder, seja na esfera política seja na econômica. Assim, a força militar do Estado poderia (ainda que não sempre) ser subordinada a “decisores civis” com uma lógica “propriamente política” (Huntington, 1957). Esse seria o caso nas democracias ocidentais, mas poderia também ocorrer em sistemas de partido único, como o soviético e o chinês, nos quais os chamados “oficiais políticos” garantiriam a subordinação militar ao poder civil (e a ética partidária). Entretanto, se a análise ultrapassa a descrição formal de sistemas políticos e a conjuntura, e se inclui a longa duração, percebe-se que a própria infraestrutura do Estado se originou e se desenvolveu em torno do aparato militar, e os “decisores civis” nas Grandes Potências tem como sua base de apoio orgânica e indispensável as Forças Armadas⁴. A constante do protagonismo político militar nas Grandes Potências contrasta com a ausência, como coloca José Luís Fiori (2014), de qualquer padrão de coalizões de interesses econômico- civis na trajetória de ascensão sistêmica desses países⁵.

3 Na acepção mais limitada Grande Estratégia é praticamente um sinônimo da conjunção de diplomacia com poder militar. Outros incluem os aspectos internos (políticos, morais e econômicos), mas o fazem dentro de um contexto dado pela mobilização de todos os recursos nacionais para o enfrentamento de uma guerra aberta (Liddell Hart 1932). Essas definições são muito úteis para os operadores das potências já estabelecidas que estão preocupados em manipular, de uma posição de vantagem, a balança de poder sistêmica, ou vencer guerras contra outras Grandes Potências. Entretanto, para aqueles Estados que buscam efetuar sua ascensão a redução da Grande Estratégia à diplomacia e ao uso da força (ou ameaça do uso da força) é problemática. Por exemplo, exclui a dimensão do desenvolvimento econômico ou da institucionalidade interna, que são indispensáveis para sustentar um processo de ampliação de poder relativo na longa duração. Existem aqueles autores, entretanto, que entendem a Grande Estratégia como sendo uma atividade que envolve todas as dimensões do poder nacional e que se desenvolve tanto durante a guerra quanto durante a paz formal, como John Collins (1973).

4 Isso é verdade no caso europeu (Tilly 1996; Ertman, 1997) e mesmo no brasileiro (Vieira, 2018). Ao mesmo tempo, ao observar a trajetória dos assim-chamados “políticos civis” que controlam as Forças Armadas nos países democráticos ou de partido único, verifica-se que eles tem como sua base fundamental de sustentação o próprio poder militar. No caso soviético, o Exército Vermelho garantiu Nikita Krushev no poder (Taubman, 2005), e foi fundamental na sustentação do regime, com os ministros da Defesa (sendo militar ou civil) sendo membros plenos do Politburo de 1973 até 1984. No caso americano, os chamados “neoconservadores” são fortemente ligados à cadeia de comando militar do Pentágono. E no caso chinês, o único cargo que Deng Xiaoping manteve desde sua reabilitação até sua “aposentadoria” foi o de chefe da comissão militar do partido. Ou seja, ainda que não fardados, esses líderes não eram propriamente “civis”, mas na prática sobretudo operadores do poder militar dos seus Estados, e dessa condição retiravam sua ascendência na política interna.

5 Fiori (2014) também argumenta que tais trajetórias se fundamentaram em um núcleo de poder articulado sobre uma invasão,

Na realidade, para compreender o impacto da estratégia militar na economia, como a própria experiência brasileira do século XX indica, é necessário incorporar o imperativo de mobilização econômica para a guerra, que estrutura decisões sobre infraestrutura, indústria de base, sistemas de pesquisa e inovação, setor energético, entre outros. E a dimensão do efeito germinativo, esse mais estudado, que aplicações militares tem sobre a indústria civil (Ruttan 2006; Medeiros 2004). Nesse sentido, a economia, e o desenvolvimento econômico, são pautados pela guerra, e portanto mais pela doutrina estratégico-militar do que pelas “leis econômicas”, sendo a base econômica relevante apenas na medida que atua como multiplicadora da força militar. Ou seja, o aumento em si da riqueza nacional, quando não mobilizável militarmente, não representa poder no sistema. Isso também significa que o impacto do poder militar vai além da dimensão da definição estreita da instituição castrense, e se estende para as várias facetas estratégicas da política interna, levando a uma corrida pela mobilização que efetivamente pode substituir o conflito direto, ainda que continue tendo a guerra cinética como referência fundamental (Luttwak 1987).

Em resumo, a Geoestratégia de um Estado pode ser entendida como um processo de expansão do seu poder bélico lato, ou seja, o poder militar em si e seus elementos de apoio diplomáticos, econômicos, tecnológicos e institucionais. Isto significa que a existência de uma Grande Estratégia depende de uma elite ou arquitetura institucional que na formulação das políticas nas demais esferas tenha como referência fundamental o objetivo de ampliação da capacidade de destruição assimétrica por parte das Forças Armadas. Assim, na dimensão econômica os operadores da geoestratégia selecionarão os setores e projetos não pela sua produtividade ou qualquer outro critério econômico, financeiro ou social, mas pela sua contribuição para o desenvolvimento do poder militar. Já na dimensão diplomática, os geoestrategistas⁶ se orientarão sobretudo pelos ditames da balança de poder bélico. Especificamente, no caso de geoestratégias que indiquem a construção de uma Grande Potência Regional, por definição os operadores da política externa reconhecerão, como colocado na seção anterior, que a escolha livre de alianças dentro do sistema interestatal é derivado da capacidade de dissuasão própria e exclusiva das Grandes Potências. Portanto, em geoestratégias que tem justamente o status de Grande Potência como fim, reconhecerão a limitação na seleção de aliados e buscarão construir relações de complementaridade estratégica com a potência-líder. Na realidade, dado que existe uma diferença fundamental entre Grande Potência Regional e um desafiante hegemônico, manter esta relação de complementaridade estratégica com a potência dominante continua a ser recomendável, ainda que não obrigatória, mesmo depois da entrada no rol das Grandes Potências (e pode ser inclusive ainda mais vantajosa dado o reconhecimento do “direito de facto” de realinhamento do país que chegou a esse nível restrito do sistema interestatal). Na próxima seção, buscaremos avaliar como estes postulados teóricos se manifestaram nas geoestratégias formativas de duas Grandes Potências Regionais no sistema.

3. Geoestratégias formativas de Grandes Potências Regionais na última conjuntura do sistema Interestatal (1815 - 1945)

A última conjuntura multipolar do sistema, entre a Paz de Viena (1815) e de Yalta (1945) representou também o último momento em que Grandes Potências Regionais foram formadas dentro do Sistema Interestatal de acordo com os critérios delimitados na primeira parte. Ou seja, são Potências que

ou ameaça de invasão externa, e que, refletindo um forte sentimento de cerco, adaptou os objetivos e as práticas econômicas aos imperativos estratégicos dados pela preparação para a guerra. Neste sentido, a dimensão econômica desses Estados possui uma forte dependência para com o objetivo de desenvolvimento do poder militar. A relação entre estratégia, poder militar e desenvolvimento identificada pelo autor vai assim claramente além do escopo estrito dos estudos de “economia de defesa”, ou seja, os gastos militares refletidos nos orçamentos nacionais. Mais importante, nessa perspectiva não existe nenhuma receita econômica que leve ao desenvolvimento do poder nacional, seja ela o equilíbrio fiscal como argumenta Paul Kennedy (1989) ou a economia de mercado como coloca William McNeill (1982).

⁶ Ou seja, os estadistas a cargo da geoestratégia, não os intelectuais, teóricos ou analistas de geoestratégia.

lograram alcançar a capacidade de enfrentar todos os demais Estados no sistema sem patronato externo nas suas regiões, o que foi comprovado seja no reconhecimento diplomático através do estatuto de Grande Potência pelos demais países, ou por terem vencido outras Grandes Potências em uma guerra aberta. Nesta conjuntura, três potências regionais se converteram em Grandes Potências, Itália, Japão e Estados Unidos. Entretanto, esta última se tornou, quase que imediatamente à sua entrada no grupo das Grandes Potências, também um desafiante hegemônico frente ao Reino Unido. Sobram assim os casos da Itália e Japão, que mantiveram seu perfil regional e cumpriram os requisitos de serem reconhecidos, tanto de fato através da vitória na Guerra Russo-Japonesa e I Guerra Mundial respectivamente, quanto de direito, como membros permanentes da Liga das Nações, como Grandes Potências.

a) Itália.

A Itália surge como Estado unificado em 1862, mas só completa o domínio da península após tomar a região de Vêneto do Império Austríaco em 1866 e Roma do papado em 1871. A Itália pós-unificação dispõe de algum prestígio internacional, mas não é considerada realmente uma Grande Potência, devido à sua fraqueza econômica e sua incapacidade militar. De fato, após uma primeira expansão bem-sucedida na África representada pela conquista da Eritreia e da Somália (que seria então a “Somalilândia Italiana”), o exército italiano foi derrotado pela Etiópia em 1896 na sua tentativa de conquistar o país. Não por acaso Bismarck, ao analisar a balança de poder europeia teria afirmado que “a Itália não importa” (Bosworth, 1979).

A situação italiana começou a mudar imediatamente após o fracasso da campanha Etíope, com base em uma arquitetura institucional que conectava as Forças Armadas diretamente à Monarquia. Existiam dois pilares para esta conexão direta. O primeiro era a constituição italiana, o Estatuto Albertino de 1849, que dava total autonomia para o Rei nomear e exonerar ministros sem consentimento do parlamento (e assinar tratados que não tivessem implicações financeiras). No final do século XIX ocorreu na Itália, como em outros países europeus, um fortalecimento do poder dos partidos políticos, o que levou à necessidade de fato, ainda que não legal, de buscar apoio parlamentar aos gabinetes nomeados pelo Rei. Entretanto, essa necessidade política era contrabalançada pelo outro pilar central do Estado, que era justamente o protagonismo das Forças Armadas na sustentação do regime frente aos movimentos de esquerda. Ao mesmo tempo, o Exército possuía forte conexão social e ideológica com a Monarquia. Esta conexão resultava em uma perspectiva dominante dentro do Exército no sentido da indispensabilidade da supremacia monárquica sobre o parlamento. Tal visão em grande medida iliberal das elites militares foi paradoxalmente crucial na atuação militar que preservou o regime liberal nas crises políticas que se sucederam após a derrota na Etiópia e no assassinato pelos anarquistas do Rei Umberto I em 1900 (Pastori 2024). O Estatuto Albertino e a posição institucional do Exército, com sua centralidade para o regime e conexão com a Monarquia, assim garantiram que independentemente do partido que estivesse no governo as prioridades estratégicas militares seriam respeitadas.

Entre a derrota na Etiópia e o final da I Guerra Mundial esta arquitetura institucional permitiu à Itália subordinar seus objetivos econômicos aos requisitos estratégico-militares, com os setores-chave do processo de decolagem do desenvolvimento industrial italiano sendo diretamente puxados pelas demandas bélicas. Assim, a indústria metálica, inicialmente instalada nos anos 1880 para atender à demanda de aço para a Marinha cresce 400 % no começo do século XX estimulada pelos processos de expansão naval (com o aumento da frota de 245 para 498 mil toneladas entre 1900 e 1914), do Exército por munições, canhões e outros itens bélicos, e das ferrovias (Gerschenkron, 1962; Kennedy 1989). Este último setor, construído com grandes subsídios públicos e nacionalizado em 1905 (Pistoresi & Rinaldi 2014), por sua vez, teve sua expansão pautada pelas demandas militares acima dos imperativos comerciais (Iuzzolino, Pellegrini & Viesti, 2011). Como coloca Fonoaltea (2006, apud Iuzzolino, Pellegrini & Viesti 2011, pg. 22, tradução nossa): “as ferrovias foram construídas não para serem utilizadas [comercialmente]”.

As demandas militares eram referenciadas, por sua vez, na geoestratégia italiana que almejava consolidar o país como uma das Grandes Potências no sistema. Inicialmente, Roma entendia a França e o Reino Unido como seus rivais, dado que a primeira tinha forte presença naval no Mediterrâneo Ocidental, e o segundo controlava as comunicações neste mar como parte de sua artéria fundamental de ligação, após a construção de Suez, com a “jóia da coroa” do seu império, a Índia. Consequentemente, a Itália buscou apoio na Alemanha e na Áustria-Hungria contra Paris e Londres, e constituiu com estes a Tríplice Aliança em 1882. Todavia, a expansão naval da Áustria-Hungria no Adriático, e a ameaça terrestre deste Império nos Balcãs e no norte da Itália, somada ao seu controle sobre a província de maioria étnica italiana de Trentino, reacendeu as rivalidades com Viena. A Itália então, seguindo uma estratégia de ser o “peso decisivo” entre os dois sistemas de aliança, se colocou ao lado do Reino Unido e França no Tratado de Londres de 1915, declarando guerra à Áustria-Hungria no mesmo ano e à Alemanha no ano seguinte (Lowe & Marzari, 1975; Sullivan 1994).

A participação na I Guerra Mundial consolidou a posição da Itália como uma das Grandes Potências no sistema. Neste conflito, as Forças Armadas italianas enfrentaram sem apoio operacional da Entente as forças das potências centrais, e impuseram a derrota decisiva que selou o destino do Império Austro-Húngaro em Vêneto em 1918. A vitória sobre uma das Grandes Potências levou ao reconhecimento formal do novo estatuto da Itália no sistema na Conferência de Versalhes e na Liga das Nações no ano seguinte (Lowe & Marzari, 1975).

Entre os anos 1920 e 1930, a Itália continuou seu processo de expansão e modernização liderado pelos requerimentos estratégico-militares. No campo político-institucional, a primazia militar antes assegurada pela monarquia é reforçada com a ascensão do partido fascista e sua ligação orgânica com as Forças Armadas (Gooch, 1989). No campo econômico, o país consolida no período um complexo industrial-militar, com setores aeronáutico, automotivo e naval de ponta, puxado por um gasto militar que chega a 10 % do PIB do país nos anos 1930 (Kennedy, 1989). Ao mesmo tempo a diplomacia de Roma mantém uma relação de “competição complementar” com França e Inglaterra, por um lado buscando se expandir no Mediterrâneo e enfrentando a oposição dessas potências, e por outro se aliando a estas nos seus esforços de contenção do poder alemão, com destaque para a articulação da “Frente de Stresa” em 1935. A dubiedade italiana permaneceria até depois da eclosão da II guerra mundial em setembro de 1939, e até junho do ano seguinte Washington, Londres e Paris buscavam garantir a neutralidade ou a participação italiana do lado aliado nesse conflito (Lowe & Marzari, 1975).

Mussolini acabou por optar pelo lado alemão, e voltar todas as forças italianas contra os britânicos no Mediterrâneo. Assim, conquista a Somalilândia britânica, e invade o Egito e a Grécia, aliada de Londres (Mearsheimer 2007). Apesar da Itália não ter sido capaz de obter vitórias fulminantes como as alemãs, é fato que também a Inglaterra isoladamente não conseguia mais garantir o controle do Mediterrâneo contra os Italianos, o que era impensável algumas décadas antes, dado que essa massa de água era a artéria mais vital do Império Britânico (O’Hara, 2009). Foi só com a chegada das forças americanas ao teatro do Mediterrâneo a partir de 1942 que os aliados obtêm as vitórias que levarão a capitulação da Itália em 1943 e a sua saída do clube das Grandes Potências.

b) Japão

O Japão é provavelmente o caso mais próximo do “tipo ideal” da categoria de Grande Potência que é o foco deste trabalho, tendo sempre operado de forma exclusiva em uma região bem delimitada (Leste Asiático) e nunca buscando liderar um desafio global à potência hegemônica da época, o Reino Unido. A Grande Estratégia de conversão do Japão em Grande Potência teve início em 1868, com a Revolução Meiji, que derrubou o regime semifeudal do Shogunato Tokugawa. A razão de ser da Revolução eram as pressões

competitivas das Grandes Potências europeias e dos EUA sobre o Japão, após a expedição do Comodoro Perry em 1853, e das derrotas chinesas para o Reino Unido na I Guerra do Ópio (1839-42) e depois para ingleses, franceses e russos na II Guerra do Ópio (1856-1860). Dado este contexto, desde o princípio o programa de reformas Meiji teve como prioridade máxima a expansão do poder militar do país. Ao mesmo tempo, as elites japonesas possuíam um entendimento holístico do poder bélico:

Estava claro para os japoneses que, para afirmar sua autonomia, não era suficiente importar equipamentos bélicos modernos. Poder militar, a seu ver, requeria um Estado moderno e administrativamente eficiente, capacidades industrial e comercial próprias, domínios sobre o conhecimento tecnológico, além de um exército capaz de enfrentar as potências inimigas (Torres 1999, p. 228).

Dentro deste novo Estado centralizado japonês, as Forças Armadas adquiriram rapidamente o protagonismo político, administrativo e econômico, orientadas por ideais importados do pensamento militar alemão contemporâneo, que enfatizava a necessidade de preparação integral do país para a guerra. Assim, em 1878 foi criado o Estado-Maior do Exército Japonês, que se reportava diretamente ao Imperador, sem passar pelo Ministro da Guerra e com o mesmo status do próprio Primeiro-Ministro. Nos anos seguintes, o direito de acesso direto do Exército ao Imperador permitiu que decisões estratégicas fossem tomadas e depois simplesmente repassadas ao gabinete sem necessidade de aprovação prévia deste conselho. Esta situação de tutela militar *de facto* sobre o governo foi posteriormente formalizada por uma lei de 1900 que estabelecia a obrigação dos ministros da guerra e marinha serem oficiais da ativa, o que permitia a qualquer um dos serviços derrubarem o governo através da renúncia do titular da pasta e não indicação de um outro oficial-general para sua substituição (Welch 1976; Paine, 2017, p. 86).

Dentro da ótica de guerra total que permeava o pensamento estratégico nipônico, era essencial o fortalecimento econômico do país, ou da base mobilizável em caso de confronto, o que envolvia a implantação de infraestrutura moderna (como por exemplo a nova malha ferroviária planejada para conectar as principais bases militares nacionais), e de uma indústria de ponta. O esforço industrializante foi liderado pelos novos conglomerados japoneses, os Zaibatsus, que permitiam financiamento de longo prazo e juros reduzidos ao unir bancos e empresas industriais sob uma mesma holding company. A diversificação econômica típica dos Zaibatsus não apagava o seu foco militar, manifesto pela sua posição de grandes fornecedores de itens bélicos e pelo seu alinhamento político-institucional: O principal destes grupos, o Mitsui, era alinhado ao Exército (e ao partido político Seiyukai), enquanto o segundo conglomerado mais relevante, o Mitsubishi, se aliava à Marinha e ao partido Minseito (Gomes 2025).

O esforço japonês de construção de um bloco bélico coeso capaz de enfrentar o cenário geopolítico desafiador do Leste Asiático no final do século XIX, o que incluiu a imposição de pesados sacrifícios econômicos à população, não dispensou na ótica de Tóquio a necessidade de construção de relações de complementaridade estratégica com a potência dominante. Na realidade, cada passo da expansão do poder nipônico na região foi feita acompanhada das bênçãos de Londres. Assim, em 1894 a Inglaterra se recusou a intervir contra a invasão japonesa da China pois entendia ser Tóquio um baluarte contra o poder russo no Extremo Oriente. Nos anos seguintes, o Reino Unido fortaleceu o financiamento à economia japonesa, e finalmente assinou um tratado formal de aliança com Tóquio em 1902, o que foi a base diplomática da vitória japonesa na guerra contra o Império Russo entre 1904 e 1905 (Torres, 1999; Best, 2021). Na realidade, o Japão foi a peça-chave no Leste Asiático na estratégia britânica global de contenção do poder terrestre eurasiático russo, que também envolvia a Europa (Guerra da Criméia) e a Ásia Central.

A vitória nipônica sobre a Rússia marcou o início de um período de 40 anos como Grande Potência Regional do Japão, que pode ser dividido em duas fases, a primeira de sucesso e a segunda catastrófica. Entre 1905 e os anos 1920, o Japão manteve a tutela militar do governo iniciada em 1900, e, sobretudo, a complementaridade diplomática com a potência hegemônica, marcada pela participação ao lado de Londres na I Guerra e a aceitação da limitação dos armamentos navais na Conferência de Washington de 1922 (Best 2021).

Em 1931, todavia, o Exército invadiu a Manchúria, evento que efetivamente enterrou a Grande Estratégia Meiji. No âmbito institucional, a ruptura se manifestou dada a ausência de autorização do gabinete para a invasão, o que ao invés de levar ao enquadramento da liderança militar resultou primeiro na queda do ministério Wakatsuki e em seguida no assassinato do Primeiro-Ministro Inukai Tsuyoshi. Ou seja, rompeu-se com o paradigma de tutela militar, que foi substituído por outro de total controle castrense do governo, no qual as elites civis pararam de exercer o mesmo papel de modulação dos objetivos militares. Ainda mais relevante foram as implicações diplomáticas da invasão, que colocou o Japão em rota de colisão com as potências anglo-saxãs, e consequentemente à aliança com o desafiante hegemônico do momento, a Alemanha Nazista.

4. A geoestratégia brasileira de dissuasão extrarregional em perspectiva histórica e comparada

Durante o século XX, o Brasil se consolidou como principal potência sul-americana através da execução de uma geoestratégia que teve como referência a inserção do país no centro do Oceano Mundial, a nível global, e na Bacia do Rio da Prata, em nível regional, e os conflitos derivados dessa posição geopolítica. Assim, dada a expansão do poder econômico e militar argentino ao final do século XIX, e a proximidade deste país com a Inglaterra, o Brasil se aproveitou da ascensão americana, se aliando com Washington contra a associação Buenos Aires-Londres. À esta aliança as elites militares brasileiras, formadas dentro do paradigma de Guerra Total importado da Alemanha, adicionaram as idéias de centralização política e industrialização autárquica como elementos de mobilização integral do país para o conflito contra a Argentina, o que deu origem ao Estado desenvolvimentista brasileiro entre os anos 1930 e 1980. A resultante final destes processos foi uma enorme expansão geoeconômica e geopolítica brasileira, o que, somado à crise argentina, levou à posição de liderança sul-americana pelo Brasil (Vieira, 2018).

Uma vez neutralizada a ameaça argentina e conquistada a posição de liderança regional, o próximo passo geopoliticamente lógico seria a expansão da esfera de influência brasileira para além da sua própria região basilar, a Bacia do Prata, em direção à América Andina, Amazônia e Mar do Caribe, por um lado, e à Antártica e África Ocidental, de outro. Este novo perfil de projeção de poder brasileiro, todavia, forçosamente requeria uma mudança na postura frente à potência naval dominante, os Estados Unidos. Isto porque envolveria três pontos sensíveis ao poder americano: i. O controle sobre o Mar do Caribe e o Canal do Panamá, artéria vital do poder global de Washington; ii. a unificação da América do Sul sob comando geoestratégico brasileiro, criando um bloco de poder significativo capaz de contrapor os EUA no Hemisfério Ocidental e; iii. a contestação do controle marítimo de um dos oceanos do mundo, o Atlântico Sul, o que seria uma novidade geoestratégica tremenda dado que todos os oceanos do planeta são tutelados desde os anos 1940 pelas forças aeronavais americanas.

O enfrentamento destes pontos de atrito era completamente incompatível com a manutenção da tutela geoestratégica mantida pelos Estados Unidos sobre o Brasil de uma forma ou de outra desde a instauração da República, e cuja última versão se deu nos anos 1990 com a adesão brasileira ao “Consenso de Washington”. E a revisão de uma tutela estratégica por um Estado dentro da esfera de influência de uma Grande Potência só é possível dentro do sistema interestatal por dois meios: Outra Grande Potência, usualmente através da guerra mas sempre através de alta pressão, forçar a mudança de status, ou a ascensão do país tutelado, ele próprio, à condição de Grande Potência. Ou seja, à condição, como colocado anteriormente, de Estado capaz de dissuadir qualquer outro de projetar poder sobre o seu território e entorno estratégico imediato. Como até o presente não existe nenhuma Grande Potência com disposição e poder de retirar o Brasil da esfera de influência americana, a decisão brasileira de expandir a sua própria esfera de influência, e revisar a sua relação de tutela estratégica com os EUA, é estruturalmente também uma decisão em prol de um ambicioso projeto de consolidação do Brasil como uma das Grandes Potências no sistema.

A partir de 2003, durante os governos Lula I e II e a presidência de Dilma Rousseff, a liderança brasileira buscou justamente este caminho de consolidar o país como uma das Grandes Potências no Sistema Interestatal. O elemento definidor da geoestratégia destes governos seria a noção de dissuasão extrarregional, o que representava uma radical inversão com relação à política externa brasileira do século XX: Ao invés de conter uma potência regional (Argentina) através de uma aliança extracontinental (EUA), agora o Brasil buscava dissuadir as potências de fora da América do Sul de eventuais projeções de poder militar sobre o continente (provavelmente em busca de recursos naturais) através de uma estreita cooperação com os países sul-americanos (Amorim, 2012; Medeiros Filho, 2017).

A execução da geoestratégia, na dimensão da política externa, passou pela criação da União das Nações Sul-americanas (UNASUL), e, de forma mais significativa, o seu Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), em 2008. Esta seria a primeira instituição de segurança do continente a excluir os EUA, e, ao menos na visão do presidente Hugo Chávez, representava um embrião de uma espécie de aliança sul-americana, ou “OTAN do Sul” (Medeiros Filho, 2017). O presidente venezuelano tinha motivos para se entusiasmar com a nova liderança brasileira na América do Sul, que financiava projetos conjuntos com Caracas (como a gigantesca Refinaria Abreu e Lima), protegeu o presidente da Nicarágua quando este sofreu um golpe articulado por associados dos EUA (Lakhani, 2016), e patrocinou a entrada da Venezuela no Mercosul (Dilma, 2012). A articulação entre Brasília e Caracas, passando pela Nicarágua e viabilizando o apoio venezuelano ao regime socialista de Cuba, representava uma primeira projeção diplomática e econômica brasileira no que era, até então, um verdadeiro “lago americano”, o Mar do Caribe, e rompia com o tradicional foco do Brasil no Cone Sul.

Se a diplomacia brasileira se caracterizava pela ousadia na dimensão continental, o mesmo pode ser dito na decisão de articular o bloco extracontinental dos BRICs, que teve a sua segunda cúpula realizada pelo Brasil em 2010. Daí partiram iniciativas estruturais de reforma do sistema internacional, sobretudo na esfera financeira, que se materializaram na criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), em 2014, na Cúpula de Fortaleza (Brasil, 2014). A iniciativa financeira era complementar à comercial, na qual o Brasil se aproximava cada vez mais da China, que se tornou o principal destino das exportações brasileiras em 2009 (Konchinski, 2025).

As iniciativas diplomáticas se apoiavam em uma nova estrutura econômica que o governo passou a desenvolver sobretudo a partir de 2007, caracterizada pela construção de um novo time de campeãs nacionais em torno das empresas estatais, com destaque para o BNDES e a Petrobrás. O primeiro foi capitalizado entre 2007 e 2014 em 440 bilhões de reais pelo Tesouro Nacional (BNDES 2026), que foram em grande medida direcionados para grandes obras no Brasil e no exterior executadas por grandes conglomerados de infraestrutura (Oliveira, Nogueira & Berta, 2015). A maioria destas empresas tinham controle familiar e capital fechado, o que combinado com o financiamento do BNDES as tornavam autônomas do mercado financeiro internacional controlado por Washington. Ao mesmo tempo, estes conglomerados se converteram nos executores dos gigantescos planos de investimento da Petrobrás. O governo ainda garantiu a virtual exclusão das empresas multinacionais de petróleo da exploração das novas enormes reservas de petróleo da camada pré-sal, que passaram a ter operação exclusiva da Petrobrás e suas contratadas (Brasil 2010). Completava-se assim a criação de um circuito nacional autônomo de acumulação capitalista. As mesmas campeãs nacionais financiadas pelo BNDES e contratadas pela Petrobrás se tornaram neste período partícipes da dimensão militar da nova Grande Estratégia brasileira, com a Odebrecht controlando a maior parte do capital da companhia executora do projeto mais ambicioso associado ao objetivo da dissuasão extrarregional, o submarino nuclear brasileiro (Poggio, 2009).

Apesar da sua ambição e seus méritos, a nova geoestratégia baseada na dissuasão extrarregional apresentava uma série de divergências com relação aquelas trajetórias bem-sucedidas de ascensão sistêmica analisadas na seção anterior. A primeira e mais importante destas é a total ausência de complementaridade entre os objetivos brasileiros e do Estado que simultaneamente era a potência hegemônica e Grande Potência

mais próxima ao Brasil, os Estados Unidos. Aqui cabe um relevante esclarecimento sobre a natureza do que chamamos de complementaridade: Complementaridade não significa uma subordinação estratégica, ou se assemelha a algo como uma repetição da “autonomia pela inserção” levada a cabo pelo governo Fernando Henrique Cardoso ou outros governos de viés liberal-cosmopolita na sua política externa. Na realidade, subordinação estratégica, por um lado, e uma geoestratégia cujo objetivo é a ascensão nacional à condição de Grande Potência como conceituamos, por outro, são logicamente incompatíveis. Tal incompatibilidade entre esses dois elementos também ficou clara na revisão sobre as geoestratégias italiana e japonesa, que tiveram como ponto central a ampliação paulatina do poder e da autonomia estratégica dos dois países. O ponto central aqui, entretanto, é que as Grandes Potências, e ainda mais os países que ainda não tem essa condição mas buscam alcançá-la, precisam levar em consideração as realidades de poder constantes neste sistema (ponto básico e elementar do realismo político), por mais que essas realidades não sejam do agrado desta ou daquela corrente ideológica. Neste sentido, encontrar pontos em comum justamente com a potência mais poderosa do sistema (ainda mais quando esta potência está presente no entorno estratégico do país em tela) é um elemento indispensável à geoestratégias que não sejam pautadas por emoções ou impulsos ideológicos.

No momento em que a Grande Estratégia brasileira dava seus primeiros passos, o sistema ainda vivia o chamado “Momento Unipolar”, e a política externa americana ainda operava de acordo com o entendimento de que os Estados Unidos eram a última Grande Potência no sistema depois da queda da União Soviética. De fato, no mesmo ano da criação do CDS, os EUA anunciaram em Bucareste sua intenção de incluir a Ucrânia na OTAN, indicando que não reconheciam nenhuma capacidade ou direito da Rússia, enquanto Grande Potência, de vetar movimentos americanos dentro da sua área de influência imediata, que inclusive era constituída por antigos territórios controlados diretamente por Moscou até alguns anos antes (Nato, 2008).

Ao mesmo tempo, os EUA crescentemente viam a China, e sua aproximação com a Rússia, como uma ameaça central à essa confortável situação de unipolaridade, ainda que nenhum dos dois Estados tivessem qualquer capacidade de sustentar um conflito contra os EUA fora de suas regiões imediatas (Clinton, 2011). Neste cenário, a expansão do poder brasileiro, em articulação econômica e diplomática com Moscou e Pequim, era uma contestação do poder regional americano sem que, ao mesmo tempo, estas novas capacidades de Brasília colaborassem de qualquer forma com os objetivos globais dos Estados Unidos.

O perfil de desafio aberto *de facto*, ainda que não através da retórica, ao poder americano da nova geoestratégia brasileira se refletiu na área geoeconômica, dominada pelas grandes firmas de infraestrutura que, como pontuado anteriormente, tinham baixa relação com o mercado financeiro dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, a economia brasileira se aproximava fortemente da China. A relação econômica com a China, ainda que fundamental para a geoestratégia ao permitir a autonomia financeira do país, também trazia dois problemas graves: O primeiro era se tornar um fornecedor para o principal rival hegemônico dos EUA, e o segundo era facilitar um processo de desindustrialização e destruição de cadeias de abastecimento industrial, com reprimarização da pauta exportadora e redução acentuada do índice de complexidade econômica após 2005 (Oreiro, Manarin & Gala, 2020). Dado que as cadeias de fornecimento industriais comerciais são em grande medida integradas com as cadeias de fornecimento militar, na prática se estava erodindo a capacidade bélica autônoma do país no mesmo momento em que o Brasil se propunha o extremamente ambicioso objetivo de adquirir capacidade de dissuasão no seu entorno estratégico⁷. Em outras palavras, o vistoso crescimento econômico brasileiro que se observou sobretudo no governo Lula II e no início do governo Dilma não se converteu em maior poder bélico e, portanto, em maior capacidade estratégica brasileira.

O esvaziamento das cadeias industriais estratégicas brasileiras foi possível pois, ao contrário do que ocorrera entre 1930 e 1980, a Grande Estratégia brasileira dos séculos XXI se caracterizava por uma ausência de qualquer relação mais profunda entre os quadros encarregados da gestão macro e microeconômica e os quadros militares. Assim, o planejamento econômico do país não tinha como referência os objetivos bélicos

⁷ Para a integração entre cadeias industriais e civis, ver Estados Unidos (2018).

assumidos (projetos articulados em torno da ideia de dissuasão extrarregional) e as políticas industriais correspondentes, mas uma série de metas de corte liberal, a mais importante delas sendo a perseguição de um patamar específico de inflação, ou social-democratas, como o financiamento das políticas de distribuição de renda.

O afastamento na administração e planejamento decorria do mais amplo distanciamento institucional e ideológico entre a liderança política e militar do país. A liderança política brasileira que formulou a Grande Estratégia pós-2003 era sustentada por uma coalizão do Partido dos Trabalhadores, de centro-esquerda e base sindical, com o PMDB, que havia sido a oposição durante a ditadura militar. Enquanto isso, a liderança militar se caracterizava por uma orientação que variava entre um conservadorismo moderado e a extrema-direita. A brecha político-ideológica entre a cúpula civil e a liderança castrense no caso brasileiro acentuava-se pela tradicional relação próxima entre os militares brasileiros e americanos, e, sobretudo, pela estruturação do ensino, carreira e burocracia militar, com escassa supervisão, e, na realidade, interação, com o pessoal civil. Estas características levaram ao acúmulo de tensões institucionais, que começou com a dificuldade de definir um Ministro da Defesa civil considerado aceitável pelas elites militares. Quando esta questão foi temporariamente resolvida com a indicação de Nelson Jobim para o ministério, outras apareceram derivadas da criação da Comissão da Verdade e da indicação do diplomata petista Celso Amorim para substituí-lo. Ou seja, ao contrário do que passou com as trajetórias analisadas de ascensão sistêmica bem-sucedidas, que apresentaram grande coordenação entre elites civis e militares através de diferentes arranjos institucionais em prol do objetivo máximo da ampliação do poder bélico relativo, no Brasil o que ocorreu foi um cenário de grande divergência ideológica, administrativa e institucional.

A falta de apoio orgânico para a geoestratégia de dissuasão extrarregional não era somente das Forças Armadas, mas também de setores relevantes da burocracia civil, da mídia dominante e do mercado financeiro. Foi uma associação tácita entre estes três elementos, com forte apoio americano⁸, que levou ao ajuste fiscal e à Operação Lava-Jato entre 2015 e 2016, destruindo a coalizão PT-PMDB que sustentara até então a Grande Estratégia em curso, processo que culminou com a derrubada de Dilma Rousseff. Durante o governo de transição de Michael Temer, o vácuo de poder gerado pela destruição da coalizão anterior permitiu a ascensão política da extrema-direita militar pró-americana, que se articulou em torno da candidatura do deputado federal extremista Jair Bolsonaro à presidência em 2018.

Tanto a derrubada de Dilma Rousseff quanto a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência foram movimentos tornados possíveis pelo apoio americano derivado da falta de complementaridade estratégica e pela divergência entre os gestores da cúpula política da geoestratégia de dissuasão regional e boa parte dos segmentos militares relevantes encarregados de implementarem tal Grande Estratégia. Os governos originados destes movimentos, Temer e Bolsonaro, colocaram em prática uma desestruturação da geoestratégia de Dissuasão Extrarregional, com a desarticulação dos conglomerados de construção brasileiros e sua presença no exterior, o fechamento da UNASUL e do seu inovador Conselho de Defesa Sul-americano (Verdúlio, 2019), a expulsão da Venezuela do Mercosul (Bazzo e Franco, 2017), o distanciamento frente aos BRICs, e, finalmente, a aproximação com os EUA com o estabelecimento do status brasileiro de “Grande Aliado Extra Otan” (DW, 2019).

5. Considerações finais

Este trabalho buscou analisar a Grande Estratégia de ascensão sistêmica que o Brasil adotou a partir da chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência em 2003 em perspectiva comparada a outros fenômenos semelhantes, quais sejam, geoestratégias que buscavam converter potências médias em Grandes Potências Regionais. Entendemos Grandes Potências como aqueles Estados capazes de dissuadir a projeção de poder de qualquer outro Estado sobre o seu território e região sem patronato externo, porém levando em consideração os constrangimentos da Balança de Poder. Grandes Potências Regionais, por sua vez, possuem

⁸ Para a participação americana na operação Lava-Jato, ver Estrada e Bourcier (2022)

esta característica porém não são desafiantes da potência dominante pela hegemonia global, e muitas vezes nem ao menos tem a capacidade de projeção de poder relevante para fora de suas regiões. Em seguida, verificamos em dois estudos de caso que todas as Potências Médias que lograram se converter e se manter no médio prazo como Grandes Potências Regionais incorporaram em suas geoestratégias dois elementos: i. Complementaridade estratégica com a potência-líder, manifestada na cooperação italiana com o Reino Unido contra Alemanha e Áustria-Hungria e japonesa com o Reino Unido contra a Rússia,⁹ e; II. coesão entre elites civis e militares em torno do objetivo máximo de ampliar o poder bélico lato do país, com a articulação das Forças Armadas sob a monarquia e o Partido Fascista na Itália, e a tutela militar sobre a política no caso japonês.

No caso brasileiro, ambos os elementos faltaram. A liderança brasileira não buscou criar qualquer relação de complementaridade com a geoestratégia global estadunidense, e entendeu que diplomaticamente somente a cooperação em pontos específicos ou apresentar um grau de moderação maior que alguns regimes regionais seria suficiente. Ao mesmo tempo, esta liderança mantinha fortíssima divergência ideológica e institucional com as elites militares, estas por sua vez formadas apenas dentro dos estabelecimentos castrenses com limitada interação com as instituições civis, o que impediu que a coordenação necessária para voltar o grande aparato econômico do Estado para os objetivos de fortalecimento do poder bélico fosse realizada. Ao contrário, este aparato continuou pautado em última análise pelos objetivos macroeconômicos liberais e de distribuição de renda social-democratas. Isto levou a que, de forma extremamente contraditória, o país assumisse o objetivo de dissuasão extrarregional contra as Grandes Potências e os EUA, e, ao mesmo tempo, passasse por uma aguda desindustrialização que comprometia qualquer capacidade de desenvolver uma indústria bélica nacional capaz de sustentar tal agenda dissuasória no médio e longo prazo.

Após a crise da geoestratégia de dissuasão extrarregional, fica a questão sobre se a liderança brasileira conseguirá reeditá-la através de uma ação pragmática externa e interna, superando tanto a simpatia a crítica liberal pelos EUA quanto a atração ideológica social-democrata pela China, e a resistência de elites midiáticas, financeiras e, sobretudo, militares, a um projeto de expansão independente do nosso poder nacional. E, talvez mais importante, se os Estados Unidos estarão preparados para, superando a lógica bipolar da Guerra Fria, e unipolar da era liberal pós-1991, operar como líderes de um sistema com várias Grandes Potências, algumas aliadas e outras adversárias (e muitas vezes invertendo os papéis ao longo do tempo), como seus antecessores britânicos magistralmente fizeram por mais de um século entre Viena e Yalta. A resposta para estas duas questões condicionarão as possibilidades estratégicas do Brasil nos próximos anos e décadas.

Referências Bibliográficas

AMORIM, C. Estratégia de defesa do Brasil e da América do Sul. **Aula magna proferida na Escola Militar do Chile**, Santiago do Chile, 23 mar. 2012.

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. Recursos financeiros captados junto ao Tesouro Nacional. Portal Transparência BNDES, 09 jan. 2026. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/recursos-do-tesouro-nacional>. Acesso em: 20 jan. 2026.

⁹ Aqui é importante novamente ressaltar que complementaridade geoestratégica não significa subordinação. Além dos casos apontados neste trabalho, poderíamos citar também o próprio exemplo da China, que cooperou amplamente com os EUA entre os anos 1970 e 1980 contra a União Soviética, e a partir daí conseguiu estruturar seu modelo amplamente bem sucedido de desenvolvimento econômico e ascensão nacional. Ademais, o fato da potência líder ter um histórico eticamente reprovável com relação ao Brasil e a outros países também não impede que se realize essa cooperação: Novamente, a perspectiva aqui adotada é a do realismo político.

- BARTLETT, C. J. **Peace, War and the European Powers, 1814–1914**. London: Palgrave Macmillan, 1996.
- BAZZO, G; FRANCO, M. Mercosul suspende direitos políticos da Venezuela por ruptura da ordem democrática. G1 – Globo, São Paulo, 5 ago. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/merc-suspende-direitos-politicos-da-venezuela-por-ruptura-da-ordem-democratica.ghml>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- BEST, A. **British engagement with Japan, 1854–1922: the origins and course of an unlikely alliance**. London: Routledge, 2021.
- BLACKWILL, R. D.; HARRIS, J.M. **War by other means: geoeconomics and statecraft**. Cambridge: London: Harvard University Press, 2016.
- BOSWORTH, R. J. B. **Italy: the least of the great powers: Italian foreign policy before World War I**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- BRASIL. Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção e sobre o Fundo Social. Diário Oficial da União: Brasília, 23 dez. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12351.htm. Acesso em: 20 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. VI Cúpula BRICS – Declaração de Fortaleza, 15 de julho de 2014. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza-15-de-julho-de-2014. Acesso em: 20 jan. 2026.
- CLINTON, H. America’s Pacific Century. Foreign Policy, 11 out. 2011. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- COLLINS, J.M. **Grand strategy: principles and practices**. Annapolis: Naval Institute Press, 1973.
- DILMA forçou Venezuela no Mercosul, afirma Uruguai. Agora (Folha), São Paulo, 2 jul. 2012. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/mundo/ult10109u1114203.shtml>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- DW. EUA designam oficialmente Brasil como aliado extra-OTAN. Deutsche Welle, 1 ago. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/eua-designam-oficialmente-brasil-como-aliado-extra-otan/a-49839668>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- ERTMAN, T. **Birth of the Leviathan: building states and regimes in medieval and early modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- ESTADOS UNIDOS. Department of Defense. Assessing and Strengthening the Manufacturing and Defense Industrial Base and Supply Chain Resiliency of the United States. Washington, DC: U.S. Department of Defense, 2018. Disponível em: <https://media.defense.gov/2018/oct/05/2002048904/-1/-1/1/assessing-and-strengthening-the-manufacturing-and%20defense-industrial-base-and-supply-chain-resiliency.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- ESTRADA, G.; BOURCIER, N. Lava Jato: the Brazilian trap. Le Monde, 11 mar. 2022. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/archives/article/2022/03/11/lava-jato-the-brazilian-trap_5978421_113.html. Acesso em: 20 jan. 2026.
- FIORI, J.L. Prefácio. In: FIORI, J.L. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- FENOALTEA, S. **L’economia italiana dall’Unità alla Grande Guerra**. Roma; Bari: Laterza, 2006.
- GERSCHENKRON, A. Notes on the industrial growth of Italy. In: GERSCHENKRON, A. **Economic backwardness in historical perspective**. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1962.

- GILPIN, R. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: UnB, 2002.
- GOMES, H. **Geoeconomia e regionalismo estratégico: o Japão diante da centralidade chinesa**. 2025. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.
- GOOCH, J. **Army, state and society in Italy, 1870–1915**. New York: St. Martin's Press, 1989.
- HUNTINGTON, S. P. **The soldier and the state: the theory and politics of civil-military relations**. Cambridge; London: Belknap Press of Harvard University Press, 1957.
- IUZZOLINO, G; PELLEGRINI, G; VIESTI, G. *Convergence among Italian regions, 1861–2011. Quaderni di Storia Economica (Economic History Working Papers)*, n. 22, out. 2011.
- KENNEDY, P. **Ascensão e queda das grandes potências**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KONCHINSKI, V. China é maior parceira comercial do Brasil há 15 anos e compra mais do que o dobro dos EUA. Brasil de Fato, Curitiba, 11 maio 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/05/11/china-e-maior-parceira-comercial-do-brasil-ha-15-anos-e-compra-mais-do-que-o-dobro-dos-eua/>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- LAKHANI, N. Did Hillary Clinton stand by as Honduras coup ushered in era of violence? The Guardian, 31 ago. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/aug/31/hillary-clinton-honduras-violence-manuel-zelaya-berta-caceres>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- LIDDELL HART, B. **The British way in warfare**. London: Faber & Faber, 1932.
- LOWE, C.J.; MARZARI, F. **Italian foreign policy 1870-1940**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1975. (Foreign policies of the great powers)
- LUTTWAK, E.N. **Strategy: the logic of war and peace**. Cambridge; London: Belknap Press of Harvard University Press, 1987.
- LIND, W; NIGHTENGAL, K, SCHMITT, J; SUTTON, J; WILSON, G. **The Changing Face of War: Into the Fourth Generation**. Marine Corps Gazette, pp. 22-26. 1986
- MCNEILL, W.H. **The pursuit of power: technology, armed force and society since AD 1000**. Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- MEARSHEIMER, J.J. **A tragédia da política das grandes potências**. Lisboa: Gradiva, 2007.
- MEDEIROS, C.A. O Desenvolvimento Tecnológico Americano no Pós-Guerra como Empreendimento Militar. In: José Luís Fiori. (Org.). **O Poder Americano**. Petrópolis, Vozes, 2004, p. 225-252.
- MEDEIROS FILHO, O. **A construção de uma identidade regional de defesa para a América do Sul: agendas e desafios**. Estudios Internacionales, n. 101, p. 203–220, 2017. DOI: 10.1590/0102-203220/101.
- NATO. Bucharest Summit Declaration. Bucareste, 3 abr. 2008. Disponível em: <https://www.nato.int/en/about-us/official-texts-and-resources/official-texts/2008/04/03/bucharest-summit-declaration>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- O'HARA, V. **Struggle for the Middle Sea: the great navies at war in the Mediterranean theater, 1940–1945**. Annapolis: Naval Institute Press, 2009.
- OLIVEIRA, E; NOGUEIRA, D; BERTA, R. BNDES: divulgação de contratos mostra que Odebrecht ficou com 70% do crédito para obras no exterior. O Globo, Rio de Janeiro, 3 jun. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/bndes-divulgacao-de-contratos-mostra-que-odebrecht-ficou-com-70-do-credito-para-obras-no-exterior-16337705>. Acesso em: 20 jan. 2026.

- OREIRO, J.L.; MANARIN, L.L.; GALA, P. **Deindustrialization, economic complexity and exchange rate overvaluation: the case of Brazil (1998–2017)**. PSL Quarterly Review, v. 73, n. 295, p. 313–341, 2020. DOI: 10.13133/2037-3643_73.295_3.
- PASTORI, G. *Between high politics and public order. the Italian army and its men in the turn-of-the-century crisis, 1896–1901*. In: **INTERNATIONAL CONGRESS OF MILITARY HISTORY**, 49., 2024, Lisboa. *The role of the military in political transitions: from the 18th century to the present day*. Lisboa: International Commission of Military History, 2024. v. 1.
- PAINE, S. C. M. **The Japanese empire: grand strategy from the Meiji Restoration to the Pacific War**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2017.
- PISTORESI, B.; RINALDI, A. **Capital inflows, current accounts and investment cycle in Italy: 1861–1913**. Modena: Università degli Studi di Modena e Reggio Emilia, Dipartimento di Economia Marco Biagi, 2014. (DEMB Working Paper Series, n. 32).
- POGGIO, G. Itaguaí Construções Navais: Odebrecht fica com 59% do capital. Poder Naval, 10 set. 2009. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2009/09/10/itagua-i-construcoes-navais-odebrecht-fica-com-59-do-capital/>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- RUTTAN, V. **Is War Necessary for Economic Growth? Military Procurement and Technology Development**. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- SARGEANT, H. A.; WEST, G. **Grand strategy**. New York: Thomas Y. Crowell, 1941.
- SULLIVAN, B. R. The strategy of the decisive weight: Italy, 1882–1922. In: MURRAY, Williamson; BERNSTEIN, Alvin; KNOX, MacGregor (org.). **The making of strategy: rulers, states, and war**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. p. 307–351.
- SZAFRANSKI, R. Neocortical warfare: the acme of skill? In: ARQUILLA, John; RONFELDT, David (org.). In **Athena's camp: preparing for conflict in the information age**. Santa Monica: Rand Corporation, 1997.
- TAUBMAN, W. **Khrushchev: the man and his era**. New York: Free Press, 2005.
- TILLY, C. **Coerção, capital e Estados europeus, 990–1992**. São Paulo: Edusp, 1996.
- TORRES FILHO, E.T. Japão: da industrialização tardia à globalização financeira. In: FIORI, José Luís (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 223–250.
- VERDELIO, A. Brasil formaliza saída da Unasul para integrar Prosul. Agência Brasil, Brasília, 16 abr. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-04/brasil-formaliza-saida-da-unasul-para-integrar-prosul>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- VIEIRA, RZ. **Em busca da supremacia: guerra multidimensional no Cone Sul e a transformação estrutural brasileira no século XX**. 2018. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- WELCH JR., C.E. (org.). **Civilian control of the military: theory and cases from developing countries**. Albany: State University of New York Press, 1976.